



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**AMANDA KAROLINI NUNES LAGE**

**DISTRIBUIÇÃO RACIAL NO BRASIL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O  
CENSO EDUCACIONAL E A PROVA BRASIL ENTRE OS ANOS 2007 E 2017**

Marina  
Março - 2023

**AMANDA KAROLINI NUNES LAGE**

**DISTRIBUIÇÃO RACIAL NO BRASIL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O  
CENSO EDUCACIONAL E A PROVA BRASIL ENTRE OS ANOS 2007 E 2017**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Victor Maia Senna Delgado

Marina  
Março – 2023

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

L174d Lage, Amanda Karolini Nunes.  
Distribuição racial no Brasil [manuscrito]: uma comparação entre o censo educacional e a prova Brasil entre os anos 2007 e 2017. / Amanda Karolini Nunes Lage. - 2023.  
43 f.: il.: gráf..

Orientadora: Profa. Dra. Victor Maia Senna Delgado.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Avaliação educacional - Brasil. 2. Censo escolar. 3. Educação - Brasil. I. Delgado, Victor Maia Senna. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 311(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador  
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Amanda Karoline Nunes Lage**

**Distribuição racial no Brasil: uma comparação entre  
o censo educacional e a prova Brasil entre os anos de 2007 e 2017**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em ciências econômicas.

Aprovada em 30 de março de 2023

### Membros da banca

Dr - Victor Maia Senna Delgado - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Dra - Cristiane Márcia dos Santos - (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Dr - Carlos Eduardo da Gama Torres - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Victor Maia Senna Delgado, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 09/05/2023



Documento assinado eletronicamente por **Victor Maia Senna Delgado, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/05/2023, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0521860** e o código CRC **337FAE63**.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Raquel e ao meu irmão Danyel por terem me apoiado e me incentivado a dar o primeiro passo de iniciar a graduação. Durante toda a minha trajetória, vocês sempre foram meu firmamento. Minha mãe, que sempre se desdobrou em quantas formas fossem necessárias para que essa etapa da minha vida se concluísse sem que quaisquer adversidades pudessem me interromper. Meu irmão, por sempre ter se feito presente. Muito obrigada pelas infinitas aulas de SQL, Dan! Seu apoio foi primordial para a construção desse trabalho. Agradeço a minha cunhada Thais, pelo companheirismo e os infinitos conselhos sobre como lidar com as diferentes etapas de todo o meu processo de evolução. Por fim, eu sou imensamente grata a todos vocês.

Aos meus avós, Maria Anisia e Osvaldo, agradeço todo o suporte eu que recebi, tenho total clareza do papel que vocês desempenharam para que esse sonho pudesse ser realizado, obrigada por encurtar meu caminho tantas vezes. A minha tia Cristiana e a minha madrinha Cristina, por terem se feito presente todas as vezes que eu precisei, por todo cuidado que tiveram comigo e por sempre andarem com o braço estendido, serei grata eternamente. Ao meu tio Rogério, por todas as horas de conversas sempre que eu voltava para Belo Horizonte, mesmo não sendo dito com palavras eu sempre senti toda a sua preocupação, todos os conselhos foram de muita importância para o meu desenvolvimento longe de casa.

Agradeço a minha melhor amiga Maria Victória, não só por todo o apoio durante a construção desse trabalho, mas pelo tempo que passamos juntas durante a graduação. Agradeço, também, a todas as minhas irmãs de faculdade, não só as que foram comigo para a UFOP, mas como as que eu encontrei ao longo do caminho, obrigada Mariana, Felícia e Amanda, sem o apoio de vocês com certeza a estrada teria sido mais árdua.

Por fim, meu eterno agradecimento à Universidade Federal de Ouro Preto e a todos os professores que cruzaram meu caminho, em especial o professor e orientador Victor Delgado, por todo o apoio durante a construção desse trabalho, serei sempre grata por toda a paciência e pela parceria durante esse período.

## SUMÁRIO

<b>1. RESUMO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>3. REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>10</b>
<b>3.1 O CONCEITO DE RAÇA .....</b>	<b>10</b>
<b>3.2 DESIGUALDADE RACIAL.....</b>	<b>12</b>
<b>3.3 O CENSO EDUCACIONAL BRASILEIRO .....</b>	<b>15</b>
<b>3.4 A PROVA BRASIL.....</b>	<b>20</b>
<b>4. METODOLOGIA .....</b>	<b>22</b>
<b>5. ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>24</b>
<b>5.1 DISCREPÂNCIA DOS DADOS NO BRASIL .....</b>	<b>25</b>
<b>5.2 DISCREPÂNCIA DOS DADOS NA REGIÃO SUDESTE, ESTADO DE MINAS     GERAIS E CIDADE DE BELO HORIZONTE.....</b>	<b>31</b>
<b>6. CONCLUSÃO .....</b>	<b>39</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>42</b>

## 1. RESUMO

Tanto o EducaCenso quanto a Prova Brasil, são dois importantes instrumentos de avaliação e monitoramento educacional no Brasil. O objetivo deste trabalho é realizar uma verificação da precisão dos dados quanto a declaração de raça comparando as similaridades e diferenças. A comparação desses dados contribuiu para verificar se a declaração de cor dos alunos no EducaCenso está correta e precisa. Isso é importante, visto que os dados precisos são essenciais para a elaboração de políticas públicas e programas educacionais mais eficientes e direcionados para as necessidades específicas de cada região e grupo social, que visam reduzir as desigualdades e garantir a equidade no acesso e no aprendizado escolar. É importante destacar que a declaração de cor é uma informação sensível e que deve ser tratada com cuidado. Garantir que os dados de declaração de cor da Prova Brasil sejam parecidos com os do EducaCenso pode ajudar a evitar discrepâncias nos dados e a proteger a privacidade dos alunos. Ao contrário do que tem ocorrido desde a criação do novo EducaCenso e a Prova Brasil em 2007, a importância dos dados de declaração de cor da Prova Brasil ser parecida com os do EducaCenso está relacionada com a garantia da qualidade e precisão das informações utilizadas para avaliar e monitorar a educação no Brasil e com a proteção da privacidade dos alunos. Após as análises de dados, concluímos que existe uma divergência entre os dois bancos de dados, onde o percentual de alunos declarados pretos e pardos pelo EducaCenso é estatisticamente inferior aos dados declarados na Prova Brasil.

## 2. INTRODUÇÃO

O Brasil, uma das maiores economias do mundo, é considerado uma “democracia étnico-racial” há décadas. No entanto, enquanto o sistema legal e formal do *apartheid* nunca se consolidou no país, a realidade na prática é diferente. As disparidades e desigualdades raciais são gritantes e visíveis, com consequências terríveis para o país. Perdura por muitos anos, no Brasil, a desigualdade racial e baixo status do negro na sociedade.

No Brasil, e em outras sociedades modernas, as hierarquias sociais são justificadas e racionalizadas de diversas maneiras, todas, sem exceção, apelando para a ordem “natural” que se apresenta com traços construtivos das relações sociais. Segundo Guimarães (1995), a hierarquia brasileira, e da América Latina, interliga cor da pele, classe (ocupação e renda) e condição social (gênero, origem familiar, educação formal, moradia e condições de moradia) às condições de vida das pessoas, no sentido de desfavorecer mulheres, pretas, trabalhadoras informais, sem escolaridade e moradoras das periferias ou do interior do país.

Foi a dicotomia racial entre brancos e negros que sustentou a ordem escravista por três séculos e que, até hoje, resiste a mudanças. Esta dicotomia ainda se manifesta, seja na urbanização, seja na industrialização, ou seja, em sistemas e regimes políticos das instituições nacionais (LOPES, 2005).

Ao dividir o espaço social de acordo com a aparência e a cor da pele, as sociedades latino-americanas, especialmente o Brasil, resgataram a natureza sócio-histórica do conceito de raça e aproveitaram seu potencial para identificar diferentes sentidos na aquisição de poder e no repertório de poderes efetivamente disponíveis (LOPES, 2005). Os efeitos adversos de tal programação social sobre a população negra são multifacetados (diversos e assimétricos em várias fases do ciclo vital) e podem derivar direta ou indiretamente da análise de certos aspectos das relações interpessoais e grupais comprovadas (LOPES, 2005).

O censo brasileiro pede a classificação dentro de uma das cinco categorias: branco, preto, pardo, indígena ou amarelo (oriental). Segundo Guimarães (1995), no Brasil, o conceito de raça tem mais a ver com cor da pele e traços faciais (fenótipo) do que ancestralidade.



Outra característica da classificação brasileira tem a ver com o nosso passado e com o mito da democracia racial. Como explica Guimarães (1995), a especificidade do racismo brasileiro, ou do racismo latino-americano, em geral, decorre do fato de que a nacionalidade brasileira não é formada ou “imaginada” como uma comunidade racialmente diversa de toda a Europa, como o que aconteceu nos EUA. Segundo Henriques (2001), o Brasil é um amálgama de pessoas mestiças de diferentes origens raciais e étnicas que perderam sua raça e etnia para adquirir a cidadania brasileira.

A situação racial se reproduz também (especialmente) no ambiente educacional. A desigualdade racial brasileira manifestada na educação já foi estudada por Barcelos (1993), Silva e Hasenbalg (2000), Soares e Alves (2003), Alves et al. (2016), Soares e Delgado (2016), entre outros autores. Apesar de ser uma realidade conhecida e documentada, apenas recentemente é que a sociedade se mobilizou para produzir ações para mitigar os efeitos da desigualdade racial na educação brasileira, como relatam Tripodi, Delgado e Januário (2022). Para aprofundar sobre os dados raciais brasileiros este trabalho irá se debruçar sobre dois dos maiores bancos brasileiros para a educação básica: Educacenso e Prova Brasil.

A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação Básica (Saeb) são avaliações diagnósticas em larga escala desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Educação Anísio Teixeira (Inep) vinculado ao Ministério da Educação (MEC). O objetivo desses dois instrumentos, em particular o do sistema nacional, é avaliar a qualidade da educação oferecida pelo sistema educacional brasileiro por meio de testes padronizados e questionários socioeconômicos. Nas provas do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental (antigamente 4ª e 8ª séries), os alunos respondem a itens (questões) em português, com ênfase especial em leitura, e matemática, com ênfase na interpretação de texto e na resolução de problemas. Nos questionários socioeconômicos, que vêm em cadernos separados entregues aos alunos no mesmo dia das provas, os alunos fornecem informações sobre fatores contextuais que podem estar associados ao desempenho, inclusive a cor de pele, separadas de acordo com os critérios do IBGE: amarelos, brancos, indígenas, pardos e pretos.

No EducaCenso, os professores e os supervisores das turmas e escolas avaliadas também respondem a questionários que coletam dados demográficos, perfis profissionais e condições de trabalho dos alunos e profissionais das escolas, bem como condições das instalações. Com base nas informações fornecidas pelo Saeb, Prova Brasil, e EducaCenso

(censo Educacional), o MEC e as secretarias estaduais e municipais de educação podem identificar ações que visem à melhoria da qualidade da educação no país e à redução das desigualdades existentes. Por exemplo, promovendo a correção de distorções e fragilidades identificadas e orientando a integração de tecnologias e recursos financeiros utilizados para as áreas identificadas como prioritárias.

O desempenho médio nas avaliações também serve de base para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), bem como as taxas de aprovação das escolas que são também incluídas no índice. Além disso, esses dados também estão disponíveis para a sociedade, que pode acompanhar as políticas implementadas pelos diferentes órgãos governamentais com base nos resultados, atendendo a uma responsabilização pública e a prestação de contas (*accountability*). No caso da Prova Brasil, ainda é possível observar a atuação das escolas públicas urbanas e rurais em cada rede de ensino e em toda rede do país (MEC).

Esse trabalho tem por objetivo avaliar as declarações de raça na Prova Brasil aplicada no ensino básico brasileiro e comparar tais declarações com as informações disponibilizadas pelo Censo Educacional brasileiro, analisando a cidade de Belo Horizonte, expandindo para o Estado de Minas Gerais e posteriormente para a região Sudeste e Brasil. Dessa forma, tem-se os seguintes objetivos específicos:

- A. Apresentar e analisar a distribuição de raça no Brasil, por meio de pesquisas bibliográficas;
- B. Buscar informações acerca de tais declarações por meio da aplicação da Prova Brasil;
- C. Analisar a compatibilidade das informações fornecidas pelas escolas e as informações divulgadas pelo Censo Educacional Brasileiro.

Tais estudos e levantamento de dados são essenciais para a compreensão da realidade educacional brasileira e suas diferenças por raça e por cor, primordialmente para áreas de economia e estatística, visto que a raça é uma declaração formal e não deve ser escondida, manipulada ou discrepante da realidade.

Diante de um mundo altamente informado e influenciado pelas diretrizes corretas e condizentes acerca da raça, este trabalho justifica-se por embasar, estatisticamente, a discussão sobre a discrepância de raça no desempenho ou a condição correta das

informações disponibilizadas pelos governos e escolas, a fim de fomentar esta discussão de forma saudável e justa no Brasil.

### 3. REVISÃO DA LITERATURA

#### 3.1 O CONCEITO DE RAÇA

No Brasil, nos mais diversos contextos, as discussões sobre raça não acontecem de forma isolada. Em vez disso, essa temática aborda questões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas mais amplas. Para compreender a construção da ideia de raça durante o período colonial dos Estados Unidos, e especialmente na América Latina, Quijano (2005) afirma:

“A esse modelo de poder, um dos eixos fundamentais é a classificação social da população mundial de acordo com as ideias de raça, uma construção psicológica que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeou as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade particular: O Eurocentrismo”.

Quijano (2005) enfatiza a necessidade de compreender melhor o funcionamento da raça na configuração dos padrões de conhecimento de dominação e poder que surgiram durante o processo colonial e se reconfiguraram na globalização capitalista. O autor salienta ainda que a ideia de raça, em seu sentido moderno, não era conhecida antes do descobrimento da América.

Supõe-se que o conceito de raça tenha se originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados. Algo que desde muito cedo foi construído como referência a supostas diferenças estruturais biológicas entre esses grupos. Quijano (2005) argumenta que a formação de relações sociais baseadas em percepções raciais produziu novas identidades sociais nas Américas, como índios, negros, mestiços, e redefine outras. Identidades pensadas a partir da origem geográfica ou país de origem, como Espanha, Portugal e, posteriormente, Europa, também começaram a adquirir conotações raciais associadas a essas novas identidades. Em termos de relações sociais configuradas, essas identidades estão associadas a posições correspondentes, localização e papéis sociais como se fossem parte deles e, portanto, a padrões de dominação impostos.

Isso significa que, historicamente, mesmo antes da exploração colonial dos Estados Unidos, houve reelaborações de velhas formas, ideias e relações de superioridade e inferioridade que existiam entre governantes e governados. A ideia de raça passou por

esse processo complexo para se tornar uma poderosa ferramenta de dominação social universal, pois dela passou a depender outra ideia igualmente universal e antiga: o gênero. Nesse sentido, a raça torna-se o primeiro critério básico para a distribuição de níveis, posições e papéis da população mundial na nova estrutura de poder social. Em outras palavras, no modelo básico de classificação social universal da população mundial.

Quijano (2005) também aponta que, após o contato com as Américas, a posterior constituição da Europa com uma nova identidade e a expansão do colonialismo europeu para o resto do mundo levaram a consequente elaboração de uma perspectiva intelectual eurocêntrica, a formulação teórica do conceito de raça é uma naturalização dessas relações coloniais entre europeus e não-europeus.

Diante do exposto, do ponto de vista sociológico, as raças são, cientificamente, uma construção social e devem ser estudadas por um ramo próprio da Sociologia ou das Ciências Sociais, que trata das identidades sociais. Guimarães (2003, p.96) afirma: “Se estamos, portanto, no campo da cultura, e da cultura simbólica, é possível dizer que as ‘raças’ são efeitos de discursos; fazem parte desses discursos sobre origem”

De acordo com Hall (2003, p. 69):

“(...) raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão, ou seja, o racismo. Todavia, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza.”

Como discurso e prática social, a raça é representada pelos sujeitos em sua experiência social. No caso do Brasil, o movimento negro definitivamente redefine e politiza a ideia de raça, entendendo-a como uma forma libertadora e não como uma prescrição conservadora; explicando como ela se dá no efeito da construção das identidades raciais nacionais.

Ao redefinir raça, o Movimento Negro investiga a história do Brasil e da população negra de nossa nação, construindo novas ferramentas e afirmações teóricas, ideológicas, políticas e analíticas para explicar como o racismo brasileiro opera não apenas no tecido do Estado, mas também no cotidiano vida de suas próprias vítimas.

Além disso, Gomes (2012) dá outra visibilidade às questões raciais, interpretando-as como um bem e não um obstáculo para a construção de uma sociedade mais democrática, na qual todos reconheçam suas diferenças e sejam tratados igualmente como sujeitos direitos. É, portanto, instrumento de promoção das capacidades.

Ao politizar raça, esse movimento social lança luz sobre sua construção no contexto das relações de poder, derrubando percepções distorcidas, negativas e naturalizadas do negro e de sua história, cultura, prática e conhecimento; a pregação da chamada inferioridade racial remove e interpreta afirmativamente a raça como uma construção social; desafiando o mito da democracia racial (GOMES, 2012).

### **3.2 DESIGUALDADE RACIAL**

De acordo com Marques (2010), o racismo é a operacionalização do preconceito, é o tratamento diferenciado de determinados grupos para desconsiderar seus direitos e privilegiar outro grupo para o qual se deseja dar uma vantagem.

No Brasil, tanto o preconceito quanto a discriminação racial têm impacto negativo na vida da população negra, manifestando-se desde a vida familiar, na infância e adolescência, na sociedade, na política, na educação e no trabalho.

Nogueira (1985, p.79) apresentou alguns aspectos do preconceito no Brasil ao definir:

[...] como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se tem como estigmatizados, seja devido à aparência seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito diz-se que é de origem. (NOGUEIRA, 1985, p. 79).

Como resultado, as discussões sobre relações raciais, preconceito e discriminação tem ressurgido recentemente à medida que políticas públicas voltadas para a população negra foram implementadas.

No Brasil, o racismo é um tema historicamente ofuscado pelo mito da democracia racial, muito atribuído a Freyre, segunda Henriques (2001, *apud* DAMATTA, 1990; FRY 1998, 2000). Porém, devido à implementação de identidades afirmativas, esse discurso tem sido discutido na mídia, nos setores sociais e, principalmente nas políticas de educação e currículos.

A desigualdade racial saltou da literatura sociológica na última década para ocupar um lugar privilegiado do debate nacional. Dessa forma, várias disciplinas, incluindo economia e pedagogia, haviam anteriormente ignorado o tema, tornando-o próprio e a peça central de discussões acaloradas. Na mídia – onde as relações raciais são, na melhor das hipóteses, apresentadas esporadicamente de forma ambígua, e muitas vezes em um tom que reafirma a democracia racial – o tema começa a ser discutido com mais frequência e a desigualdade racial agora é vista como real e prejudicial.

Por fim, em termos de ação estatal e governamental, o combate ao racismo passou a contar com um conjunto crescente de políticas públicas, ainda que em grande medida inadequadas, dada a dimensão do problema.

Os estudos realizados nos últimos dez anos apontaram, com clareza, a centralidade da discriminação no sistema educacional como fator de reprodução das desigualdades raciais, o que faz com que as ações nesse campo ocupem lugar primordial no combate ao racismo, tal como evidenciado pela política de cotas no ensino superior e pelo debate que esta tem provocado (SOARES et. Al., 2005).

Abordar o tema da discriminação racial no Brasil é tão delicado quanto desafiador. O debate tem início já na definição de cor ou raça. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem adotado a autodeclaração induzida em suas pesquisas, em que os entrevistados escolhem uma entre cinco alternativas possíveis: branco, preto, amarelo, pardo e indígena. Dentre essas categorias, é necessário definir quem faz parte da minoria potencialmente discriminada, sendo “minorias” um termo utilizado para designar indivíduos em desvantagens socioeconômicas, não havendo necessariamente conexão com o tamanho populacional do grupo em questão.

Segundo Osório (2003), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 incluiu as respostas espontâneas dos entrevistados em relação à cor da pele ou à etnia, observando que o uso dessas alternativas foi surpreendentemente adequado. Cerca de 57% das respostas espontâneas foram exatamente quatro delas (os indígenas não foram

incluídos na tabela daquele ano), enquanto 38% das respostas se concentram nas outras três: morena, morena-luz e luz. Portanto, 98% das respostas espontâneas se encaixaram em apenas sete opções.

Por outro lado, ainda segundo Osório (2003) e entre as alternativas oficiais, a categoria parda foi a mais rejeitada: 14% dos brancos (cor indutora) afirmaram ser 'morenos' nas respostas espontâneas, assim como 66% dos pardos e 33% dos pretos. Nesse sentido, haverá espaço para questionamento sobre qualquer definição de minoria que seja utilizada.

Apesar de a mesma classificação ser adotada há várias edições nas pesquisas do IBGE, Schwartzman (1999) observa que as pessoas mais velhas tendem mais a se autodeclarar mais como 'brancas' do que as pessoas mais jovens. As taxas de autodeclarações "brancos" tiveram queda ao longo das décadas, com a proporção de brancos diminuindo proporcionalmente enquanto a proporção de negros permanece a mesma. Isso sugere que a mudança tem mais a ver com a identidade do que com a mistura demográfica, já que neste último caso também se observaria um declínio na proporção de negros. Este fato levanta preocupações sobre a consistência das classificações oficiais ao longo do tempo. Nesse sentido, estudos com períodos mais longos devem ter em mente a possibilidade de certos efeitos sobre a composição de grupos minoritários.

Embora o preconceito racial nem sempre produza comportamentos discriminatórios fatuais, ele é produto da consciência de um indivíduo ou grupo e é a base da discriminação. Além disso, a discriminação racial pode decorrer de outros processos sociais, políticos e psicológicos que vão além dos preconceitos individuais. Embora racismo e sexismo tenham trajetórias históricas e conteúdos distintos, a mesma lógica conceitual acima se aplica a ambos (SOARES, 2014).

A escola, como espaço sociocultural cheio de contradições (como qualquer outro espaço), pode tanto reforçar quanto questionar práticas discriminatórias em seu interior. Há um processo dinâmico na escola cheio de possibilidades e demandas. Partimos do princípio de que as necessidades ou desejos humanos são diversos e não apenas cognitivos, por isso é necessário compreender o tema da escolarização a partir de uma perspectiva integrativa. Como disse Bernard Charlot (2005, p.57):

“Aprender, no sentido acadêmico e intelectual, não é apenas adquirir conhecimento a partir de enunciados. É também apropriar-se de formas



práticas e relacionais e enfrentar problemas referentes à da vida, o sentido do mundo, o sentido de si mesmo.”

(CHARLOT, 2005, P.57).

De acordo com Pastoriza (2020), acredita-se que, ao longo da história da sociedade brasileira, o corpo negro foi sendo recriado e redefinido. Como produtor e fruto da identidade negra, o corpo negro não apenas marca a vida social das pessoas de forma negativa e estigmatizada, expressando um sentimento de dor e sofrimento, mas também marca as ações das pessoas por reconhecimento, luta de resistência e beleza, trazendo alegria, contentamento e autoestima. O corpo negro hoje é visto como ferramenta de construção e recriação, não só da cultura afro-brasileira, mas também da cultura nacional, não uma cultura que privilegia, sufoca e degrada a cultura negra em uma nação mestiça, mas como uma estética negra, um exemplo de antropomorfismo, tentando construir uma nação multicultural que entenda e respeite a diversidade racial que existe no país.

### **3.3 O CENSO EDUCACIONAL BRASILEIRO**

A Lei 9.448, de 14 de março de 1997, transformou o Instituto Nacional de Pesquisas e Pesquisas Educacionais (Inep) em órgão federal vinculado ao MEC. Em 2007, a estrutura regimental do Inep mudou e passou a assumir a atribuição da SEEC, a partir da Direção de Informação, Estatística e Comunicação, antiga diretoria criada em 1931:

Art. 1º O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, transformado em Autarquia Federal [...] tem por finalidade: I planejar, coordenar e subsidiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas educacionais, em articulação com o Ministério da Educação; II planejar, organizar, manter, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas de estatísticas educacionais e de projetos de avaliação educacional, visando ao estabelecimento de indicadores educacionais e de desempenho das atividades educacionais no País [...].

(Brasil. Decreto nº 6.317, 2007, Anexo I).

O Inep também é responsável por apoiar técnica e financeiramente as equipes da Secretaria de Estado da Educação por meio de convênios, o que acontece desde 1931, legado de Mário Augusto Teixeira de Freitas. Na atualidade a configuração dessa parceria se configura como convênios de apoio financeiro e técnico da União aos estados e ao Distrito Federal. O marco dessa nova estrutura foi o Decreto nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que estabeleceu a estrutura organizacional do governo federal e estabeleceu

diretrizes para as reformas administrativas da época. A lei permite que o governo federal repasse recursos aos entes federativos desde que a atuação estadual seja de interesse comum.

Art. 10 A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

§ 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais: [...] b) da Administração Federal para a das unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio; [...]

§ 6º Os órgãos federais responsáveis pelos programas conservarão a autoridade normativa e exercerão controle e fiscalização indispensáveis sobre a execução local, condicionando-se a liberação dos recursos ao fiel cumprimento dos programas e convênios.

(Brasil. Decreto-Lei nº 200, 1967).

De acordo com o INEP, em seu site oficial, o censo escolar é a principal ferramenta de coleta de informações sobre a educação básica e o mais importante levantamento estatístico educacional do Brasil. É coordenado pelo Inep e implementado em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação, conta com a participação de todas as escolas públicas e privadas de todo o país.

A pesquisa estatística utilizada no censo educacional abrange diferentes etapas e padrões da educação básica e profissional: Educação formal (jardim de infância, ensino fundamental e médio); educação especial - escolas e turmas especiais; Educação de Jovens e Adultos (EJA); Educação profissional (cursos técnicos e cursos de formação inicial continuada ou de qualificação profissional).

A recolha de dados das escolas é de natureza declarativa e tem duas fases. A primeira etapa envolve o preenchimento de um **cadastro inicial**, reunindo informações sobre a instituição de ensino, gestores, turmas, alunos e profissionais da escola em sala de aula. A segunda etapa ocorre com o preenchimento de informações sobre a **Situação do Aluno**, e considera os dados sobre o movimento e rendimento escolar dos alunos, ao final do ano letivo.

O processo de coleta é realizado dentro de parâmetros estabelecidos e de acordo com o cronograma do censo escolar para garantir a divulgação precisa e confiável dos dados educacionais ao sistema de coleta, de acordo com as metas acordadas com a secretaria estadual de educação.

O interesse comum, estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pela Constituição Federal de 1988, está em consonância com o Decreto nº 6.425/2008, que determina que todas as instituições públicas e privadas de ensino básico e superior devem realizar um censo educacional. De acordo com essa disposição, a Portaria MEC nº 316, de 04 de abril de 2007, é um instrumento normativo que trata das diretrizes básicas para o processo de cobrança, incluindo informações sobre instituições de ensino, gestores, turmas, alunos e profissionais da escola, salas de aula, bem como menciona a Portaria MEC nº 794, de 23 de agosto de 2013, que regulamenta a implementação do Censo do Ensino Superior (Brasil. MEC, 2007, 2013).

Os censos escolares são regidos por instrumentos normativos que estabelecem obrigações e, prazos. Descreve aos, dirigentes, e suas responsabilidades e procedimentos para a realização de todo o processo de coleta de dados.

Assim, o censo escolar é uma ferramenta essencial para que os atores educacionais conheçam a situação educacional dos estados, unidades federativas, municípios e distritos federais e escolas, para que, assim, acompanhem a efetividade das políticas públicas. Compreender a situação da educação por meio de uma ampla gama de indicadores que acompanham o desenvolvimento da educação no Brasil, como o Ideb, desempenho e mobilidade escolar, distorção faixa etária etc.

O censo escolar serve também como referência para acompanhamento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que podem ser acompanhadas no observatório do PNE. Todos esses indicadores são calculados com base nos dados do Censo Escolar (INEP, 2022).

Além disso, os dados coletados de matrículas e das escolas podem servir de base para o repasse de recursos do governo federal, bem como planejar e divulgar dados de avaliação do Inep. Todos esses indicadores de educação são calculados a partir de dados do censo escolar.

O censo é realizado de forma descentralizada por meio da cooperação entre os governos federal, estadual e municipal. De acordo com a Portaria MEC nº 316, de 4 de abril de 2007, as atribuições dos diferentes participantes desse processo são:

- a) Ao Inep cabe definir e disponibilizar para os demais atores o cronograma anual de atividades, os instrumentos e os meios necessários à execução do Censo; estabelecer mecanismos de controle de qualidade da informação; organizar e enviar para publicação os

resultados; além de avaliar e acompanhar todas as etapas do processo censitário, a fim de garantir o alcance de seus objetivos e o aperfeiçoamento constante;

b) Aos gestores dos sistemas estaduais e municipais de educação cabe treinar os agentes que coordenarão o processo censitário nas respectivas escolas vinculadas; acompanhar e controlar toda a execução do processo censitário no seu território; zelar pelo cumprimento dos prazos e normas estabelecidas, bem como responsabilizar-se solidariamente pela veracidade dos dados declarados nos seus respectivos sistemas de ensino;

c) Aos diretores e dirigentes dos estabelecimentos de ensino público e privado cabe responder ao Censo Escolar da Educação Básica, no Sistema Educacenso, responsabilizando-se pela veracidade das informações declaradas.

(INEP, 2022, s/n).

Em relação às responsabilidades da escola na realização do censo escolar, é importante ressaltar que os dados informados pelas unidades escolares devem ser baseados nos registros administrativos e acadêmicos de cada escola (fichas de matrícula, diários de aula, livros de presença, histórico escolar, sistemas de monitoramento eletrônico, diários de professores, equipes escolares, projetos políticos e educativos, fichas de preparação de professores e agrupamentos de alunos etc.). Este requisito é a base para garantir a confiabilidade dos dados declarados.

O censo escolar é informado anualmente através de duas maneiras: manualmente no sistema próprio e através de migração. Esta migração é recomendada para aquelas escolas ou redes de ensino que possuem um sistema específico de coleta de dados que não é o educacenso. Dessa forma, o sistema permite que os dados sejam importados e exportados do próprio sistema por meio de arquivos de texto simples de acordo com layouts pré-estabelecidos. Sua solicitação é feita por meio de um usuário cadastrado em nome da Secretaria Municipal de Educação e responsável por coordenar a divulgação das informações, conhecido como “Superusuário”.

É importante lembrar que, até a criação do Educacenso, em 2006, a coleta educacional era feita pelas escolas, tanto da rede pública, quanto da privada, por meio do preenchimento de cadernos de questões em formulários padronizados, impressos e distribuídos pelo Inep, que, logo após o preenchimento, eram enviados às Secretarias Estaduais de Educação e às regionais de ensino para a digitação e consolidação dos dados. Esse processo apresentava equívocos e imprecisões quanto às particularidades e à qualidade das informações estatísticas coletadas.

A princípio, a unidade de informação do censo, até o ano de 2006, era a escola. Alunos e docentes apareciam apenas como valores numéricos agregados por estabelecimento de ensino, sexo, idade, etapa e modalidade de ensino. Entretanto, essa organização metodológica gerava problemas como, por exemplo, grande quantidade de dupla contagem de alunos e docentes nos diversos municípios e estados brasileiros. Problemas desse tipo implicavam distorções na alocação de recursos de diferentes programas educacionais, comprometendo, assim, sua efetividade.

(MEC, 2011.)

Considerando os empecilhos enfrentados na coleta, iniciou-se, em 2005, um projeto para desenvolver um novo sistema, tendo em vista os avanços tecnológicos no cenário da época. O projeto do Educacenso teve participação de instituições governamentais, como o MEC e o FNDE, e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

A implementação do Educacenso aconteceu em quatro etapas: (1) formação do Cadastro de alunos, docentes, auxiliares de Educação Infantil e escolas, entre 2005 e 2006; (2) detalhamento de conceitos e no desenvolvimento do sistema em 2006; (3) testes do sistema pela equipe do Censo Escolar em 2007, treinamento das coordenações responsáveis pelo Censo nas escolas, coleta inicial de dados e, por fim, (4) publicação final do Censo Escolar 2007, no Diário Oficial da União, no início de 2008 (INEP, 2011).

A implementação do Educacenso ocasionou diversas mudanças no processo de coleta de informação. Primeiramente, até 2006, era possível quantificar o número de matrículas e profissionais em cada escola. Com o Educacenso foi possível identificar cada aluno e cada profissional do sistema educacional para além de todas as escolas. Além disso, o sistema de coleta passou de off-line, para on-line, resultando na organização, transmissão e disseminação dos dados. O método de alimentação do sistema também ficou mais ágil, já que o preenchimento e digitação se tornou responsabilidade dos próprios responsáveis pelo Censo Escolares em cada unidade de ensino.

Outrossim, foi possível acompanhar a trajetória escolar de cada aluna e aluno, procedimento que não era possível anteriormente. Além de permitir uma relação entre sistemas do governo federal e agilização de todo o processo (INEP, 2011).

A implementação desse sistema foi positiva e trouxe inúmeros avanços que beneficiaram a análise de informações sobre a Educação básica, isto, inegavelmente, contribui para políticas públicas voltadas para a educação brasileira.

### **3.4 A PROVA BRASIL**

A Prova Brasil é uma avaliação educacional aplicada pelo MEC com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino fundamental e médio nas escolas públicas brasileiras. A prova é aplicada a cada dois anos para os alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental, bem como para os estudantes do 3º ano do ensino médio. A prova é composta por questões de língua portuguesa e matemática, e as questões abrangem diferentes domínios do conhecimento nestas disciplinas, como localização de informações e interpretação de texto para o caso de leitura, resolução de problemas e competências numéricas (operações básicas, regra de três, proporções, incógnitas etc.), para o caso de matemática.

Os resultados da Prova Brasil são utilizados pelo governo federal para monitorar a qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras, bem como para direcionar recursos e políticas públicas. A análise diagnóstica permite identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes e pelos professores em relação aos conteúdos avaliados.

Além disso, os resultados são utilizados também pelas próprias escolas para avaliar o desempenho de seus alunos e professores, além de orientar o planejamento pedagógico.

Ademais, a prova possui um questionário socioeconômico, composto por conjunto de perguntas que buscam coletar informações sobre as condições socioeconômicas dos alunos que realizam a prova. As perguntas abrangem diferentes aspectos da vida dos estudantes e de seus familiares. A autodeclaração dos alunos na Prova Brasil é feita de forma simples: no momento da realização da prova, o estudante encontra uma questão específica que é sobre a sua raça ou etnia, em que ele seleciona a opção que melhor o representa dentre as seguintes alternativas: branco, preto, pardo, amarelo ou indígena.

Essa informação é coletada para que se possa fazer uma análise mais precisa dos resultados da prova em relação às diferentes raças e etnias, de forma a identificar possíveis desigualdades e problemas na educação que afetem grupos específicos.

#### 4. METODOLOGIA

Para analisar os dados do censo educacional foi utilizado o SQL Server, a ferramenta é uma linguagem padrão para trabalhar com banco de dados relacionais, é usada exclusivamente para manipular e consultar dados e para criar tabelas. O SQL Server atua com sistemas de criptografia integrada, garantindo que os dados somente sejam visualizados ou alterados por usuários que possuem autorização expressa para tal, inclusive, é possível que o administrador limite as permissões de acesso a apenas determinadas tabelas, por exemplo.

Com isso, com os microdados do Censo Escolar baixados previamente (antes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, LGPD, 13.709 de 2018) e disponibilizados no sítio do próprio INEP. Por meio desses microdados foi elaborado banco de dados próprio, através do Management Studio, um ambiente em que é possível desenvolver os componentes do SQL Server, para que os dados do Censo Educacional pudessem ser tratados de maneira assertiva, uma vez que a escolha da ferramenta se deu pelo fato da base de dados do Censo Educacional um banco extensivo, ocupando aproximadamente 362 milhões de linhas.

Devido a esses fatores, não foi possível utilizar a linguagem de programação e estatística do R para tratar as bases de dados do censo, como foi feito para as bases da Prova Brasil, uma vez que o R armazena seus dados na memória RAM do computador. Infelizmente a pesquisa não dispunha de nenhum equipamento que pudesse dar conta desses dados na plataforma do R. Com o apoio do Management Studio foi possível reduzir a base de 38 colunas do censo escolar para 6, excluindo todas as informações que não agregariam valor ao trabalho, extraindo apenas os dados que mais faziam sentido para a análise, como ano, matrícula, sexo e cor dos alunos, como também, os estados e municípios das escolas.

Todavia, a análise dos dados e elaboração dos gráficos tanto do censo quanto da Prova Brasil foram realizadas dentro da linguagem estatística R. Ou seja, o SQL Server foi utilizado para tratar os dados do censo educacional, da região Sudeste, do estado de Minas Gerais e da cidade de Belo Horizonte, mas o produto da análise foi gerado por códigos inseridos na linguagem R.

As bases do EducaCenso que foram utilizadas para elaborar a análise foram os anos pares de 2008 a 2016, com o acréscimo do ano ímpar 2017. A Prova Brasil é realizada nos anos ímpares desde o seu teste de implementação em 2005 (pouco disponível) e desde 2007 os seus dados estão amplamente disponíveis a cada dois anos. Nota-se que os anos obtidos para o Educacenso foram pares (com exceção de 2017), por conta disso o pareamento ocorreu entre o ano ímpar da Prova Brasil e o ano ímpar subsequente do Educacenso e 2017 puderam ser pareados juntos.

Dessa forma, a análise de dados do ano de 2007 da Prova Brasil é referente a análise de dados do ano de 2008 do censo educacional, e assim sucessivamente, já para o ano de 2017 tanto o banco de dados do educa censo, quanto da prova brasil foram desse respectivo ano.

Por fim, além de se elaborar gráficos que permitem analisar a discrepância entre as informações, também foram realizadas análises estatísticas através da estatística F, utilizada no teste ANOVA (Análise de Variância), para avaliar se há diferença significativa entre as médias de dois ou mais grupos de dados. A estatística F é calculada a partir da relação entre a variância entre os grupos e a variância dentro dos grupos.

No teste ANOVA, a hipótese nula é que não há diferenças significativas entre as médias dos grupos e a hipótese alternativa é que pelo menos uma das médias é diferente das outras. A estatística F é calculada como a razão entre a variância entre os grupos e a variância dentro dos grupos. Quanto maior for a diferença entre as médias dos grupos em relação à variabilidade dentro dos grupos, maior será o valor da estatística F, os grupos são os alunos classificados por autodeclaração de cor.

O valor da estatística F é utilizado para calcular o valor p, que indica a probabilidade de obter um resultado tão extremo ou mais extremo que o observado, caso a hipótese nula fosse verdadeira. Se o valor p for menor do que o nível de significância escolhido (geralmente 0,05), rejeita-se a hipótese nula e conclui-se que há diferenças significativas entre as médias dos grupos.

Em resumo, o resultado da estatística F é utilizado para avaliar se as diferenças entre as médias dos grupos em estudo são estatisticamente significativas, tornando-se uma medida importante para a interpretação dos resultados do teste ANOVA.



## 5. ANÁLISE DOS DADOS

Vale ressaltar que para este trabalho serão analisadas, principalmente, as populações pretas e pardas, na intenção de compreender a discrepância, se existente, entre o Censo Escolar e a Prova Brasil, bem como as possíveis causas das diferenças nos dados. Serão analisadas a Região Sudeste, o estado de Minas Gerais, e a cidade de Belo Horizonte, também será analisado o Brasil como um todo.

A região Sudeste conta com quase 90 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE de 2019. É a região mais populosa do país, com a maior taxa de urbanização (93%). Ainda de acordo com o IBGE, a população estimada de Minas Gerais é de 21 milhões de pessoas, dado de 2021. Para a cidade de Belo Horizonte, a população estimada no mesmo período é de 2,5 milhões de habitantes.

Abaixo, os dados foram coletados e compilados no intuito de verificar a classificação de raça e cor nas escolas. De acordo com o Ministério da Educação:

“Nos testes aplicados na quarta e oitavas séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental, os estudantes respondem a itens (questões) de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho”.(MEC, 2022, s/n).

Esta informação é importante para a análise, uma vez que reforça que a Prova Brasil é respondida pelos próprios estudantes, diferentemente do que acontece no censo escolar, no qual os diretores de escolas respondem acerca dos estudantes. Ainda conforme o MEC:

“Com relação às responsabilidades das escolas relativas aos procedimentos de preenchimento do Censo Escolar, é importante enfatizar que os dados declarados pelas unidades escolares devem ter como base os registros administrativos e acadêmicos de cada escola (ficha de matrícula, diário de classe, livro de frequência, histórico escolar, sistemas eletrônicos de acompanhamento, diário do professor, regimento escolar, projeto político-pedagógico, documentos de modulação de professores e de enturmação de alunos, dentre outros). Essa exigência é fundamental para a garantia da fidedignidade dos dados declarados”.(MEC, 2022, s/n).

Diante disso, pode-se concluir que o preenchimento dos dados relativos ao censo educacional é de responsabilidade da escola, ou seja, são dados preenchidos acerca dos estudantes, mas não são preenchidos por eles próprios. Essa informação, por si só, justifica a discrepância entre as duas bases, porém, há alguns detalhes do levantamento que são pertinentes e que serão levantados nesta monografia.

## **5.1 DISCREPÂNCIA DOS DADOS NO BRASIL**

A Portaria nº 156/2004 orientou as escolas a incluírem em suas fichas de matrícula os quesitos do Censo Escolar da Educação Básica, facilitando a coleta da informação cor/raça. As categorias escolhidas foram as mesmas utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): amarela, branca, indígena, parda e preta.

Considerando que a informação é de autodeclaração de alunos e docentes ou responsáveis, foi incluída a opção “não declarada”, garantindo o direito da não informação de cor ou raça na mesma política da opção “sem declaração” do censo demográfico.

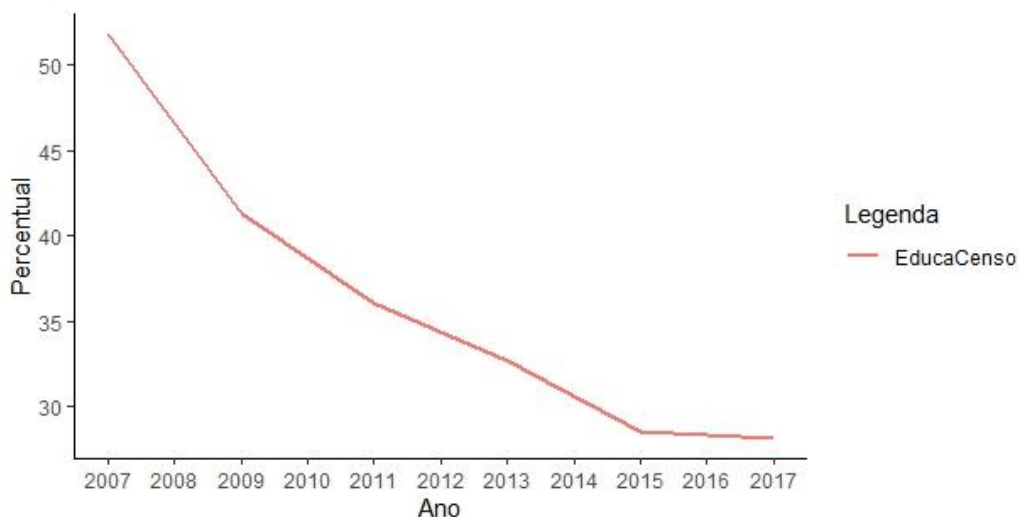
O Gráfico 1 abaixo mostra o percentual de alunos não declarados pelo censo educacional. No primeiro ano da análise, dois anos após a implementação da declaração de cor/raça no Censo, a população declarada foi a menor em toda a história deste tipo de declaração, esse valor ultrapassava um total de 50% de alunos não declarados, ou seja, mais da metade dos alunos não tinham sua cor reconhecida. Isso porque se entende que os responsáveis pelo preenchimento da declaração deveria ser os próprios alunos, ou seja, é notável que inicialmente os diretores se mostravam mais reticentes a declarar a cor dos estudantes. Então é natural o posicionamento adotado pelos diretores de não declarar a cor dos alunos nos primeiros anos de análise.

Além disso, é possível perceber claramente a queda desse número ao decorrer dos anos, no último ano o valor declarado é inferior aos 30%. Contudo, mesmo sendo um problema que vem diminuindo nos últimos anos, ainda assim é um valor considerável e que precisa ser olhado com a devida atenção.

Comparado as outras 4 regiões do país, o Sudeste é a região onde se teve a menor taxa de alunos não declarados em todos os anos analisados. Em primeiro lugar temos a região Norte, se aproximando de quase 60% dos alunos sem cor declarada no ano de 2007.

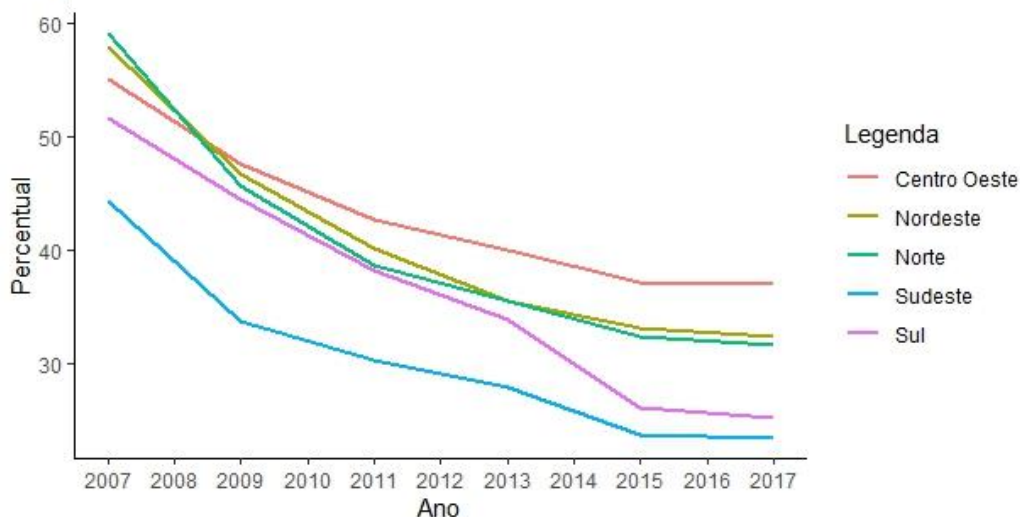
O Sudeste, além de ser a região que mais declara a cor dos alunos, obteve o menor percentual de alunos com cor não declarada durante todos os anos analisados. Em segundo lugar temos a região Centro-Oeste, com aproximadamente 37% da base de alunos não declarados no ano de 2017.

**Análise de alunos Não declarados no Brasil**



Fonte: Censo Escolar, 2008 a 2016 anos pares e 2017 MEC/INEP. Gráfico elaborado pela autora, 2022. Gráfico 1

**Análise de alunos Não declarados nas regiões do Brasil**



Fonte: Censo Escolar, 2008 a 2016 anos pares e 2017 MEC/INEP. Gráfico elaborado pela autora, 2022. Gráfico 2

O gráfico 3, representado abaixo, mostra a declaração dos alunos pardos para o Brasil. Percebe-se que no primeiro ano da análise, 2007, a declaração de alunos pardos

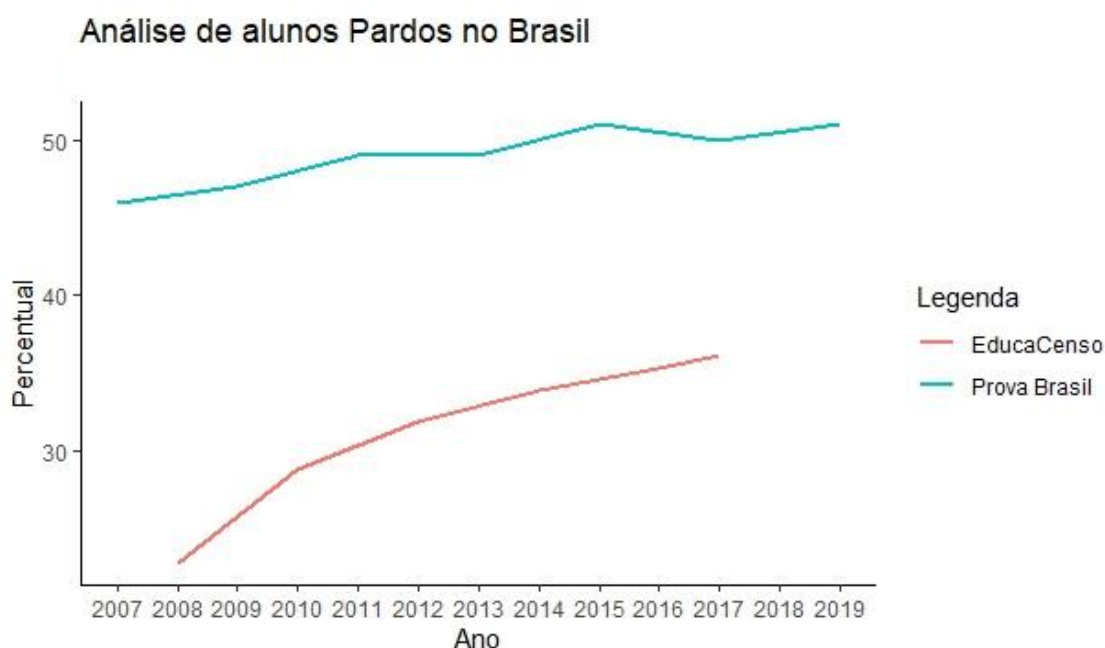
aproxima-se de 23% no Educacenso, em contrapartida, na Prova Brasil se aproxima dos 40%, uma diferença muito significativa.

No decorrer dos anos analisados, nota-se um aumento no percentual de alunos declarados pardos pelo censo, chegando até 36% no último ano da análise. Porém, ainda assim, existe uma grande disparidade entre o percentual se alunos se declarando pardos através do questionário da Prova Brasil e o percentual de alunos declarados pardos. Por meio dos dados do censo educacional, no ano de 2017, houve uma divergência de aproximadamente 14 p.p.

Esse aumento dos alunos declarados pardos pelo censo educacional possivelmente está correlacionado com a diminuição dos alunos não declarados apresentado no gráfico 1. Enquanto houve uma queda de mais de 20% dos alunos não declarados, paralelamente tivemos um aumento de aproximadamente 14% na declaração de alunos pardos ao decorrer dos anos analisados.

Claramente, o gráfico apresenta divergência nos resultados entre a Prova Brasil e o Censo Educacional, principalmente, nos primeiros anos analisados. Apesar disso, também foi calculado um teste estatístico para que houvesse um embasamento maior.

Através do resultado da estatística  $F = 62,19$  e seu  $p\text{-valor} = 1,33 \times 10^{-5}$ , foi possível afirmar que os resultados da Prova Brasil diferem dos resultados do Censo Educacional, uma vez que o  $p\text{-valor}$  é abaixo de 0,05.



Fonte: Dados da Prova Brasil, 2005 até 2019 (anos ímpares). Censo Escolar, 2008 a 2016 anos pares e 2017 MEC/INEP. Gráfico elaborado pela autora, 2022. Gráfico 3

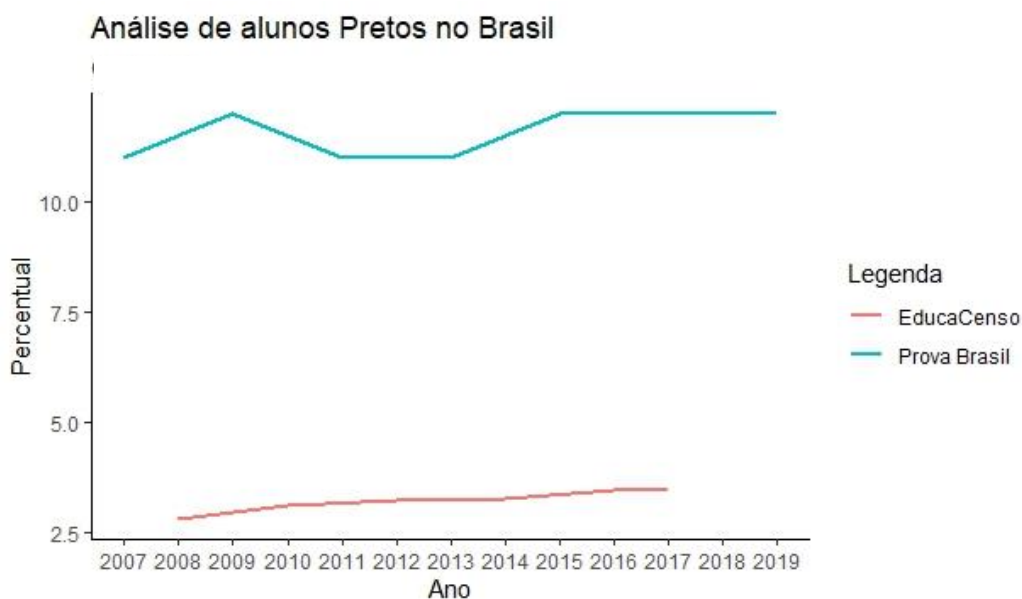
Já o quarto gráfico, representa o percentual de alunos declarados pretos, pelo Educacenso e pela Prova Brasil, também para o Brasil todo. O resultado desse gráfico não alcança os percentuais de declaração da Prova Brasil em nenhum dos anos analisados.

Enquanto na Prova Brasil a média do percentual de alunos que se declaram pretos durante todos os anos analisados se aproxima de 12%, no censo escolar esse valor não chega aos 4%. A diferença do percentual de declarados entre o censo e a prova brasil no primeiro ano analisado foi de aproximadamente 8 p.p.

Não seria necessário realizar um teste anova para comprar tal divergência de valores, mas ainda assim, foi trazido o resultado da estatística  $F = 1140$  e o  $p$ -valor =  $1,23 \times 10^{-11}$ , confirmando assim a divergência dos resultados entre a Prova Brasil e o Censo Educacional.

Se examinarmos isoladamente o percentual de alunos que se autodeclaram pretos no país, através da Prova Brasil, durante os anos analisados, o resultado por si só já é surpreendente. Porém, ainda assim, é compreensível, pois, para o indivíduo se reconhecer como tal, precisa passar por um processo de identificação profundo, o que não era vigente no Brasil alguns anos atrás.

Através de uma análise história social do país é perceptível enxergar as dificuldades de aceitação e legitimação da população negra. É notório também, e muito correlacionado a isso, o indivíduo se declarar como negro ou ser declarado como tal, o colocava em posição menos elevada, de inferioridade. Com isso, é possível dizer que esse seja o fator significativo para a não declaração dos alunos pretos no Censo Educacional, ou seja, a cor desses alunos pode não estar sendo declarada nos anos analisados.



Fonte: Dados da Prova Brasil, 2005 até 2019 (anos ímpares). Censo Escolar, 2008 a 2016 anos pares e 2017 MEC/INEP. Gráfico elaborado pela autora, 2022. Gráfico 4

Também foi feito um comparativo das informações do Censo Educacional e da Prova Brasil, com os dados do IBGE. Foi utilizada a pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua trimestral, especificamente a tabela – População por cor ou raça, dos anos de 2013, 2015 e 2017.

É possível observar uma proximidade maior entre os dados do IBGE e da Prova Brasil em relação aos dados do IBGE e do Educacenso. Cerca de 47% da população se declarou parda conforme a Pesquisa por Amostra aos Domicílios (PNAD) do IBGE no ano de 2013, o percentual da Prova Brasil teve um aumento de 2 p.p em relação aos dados do IBGE. Enquanto isso, nesse mesmo ano obtivemos aproximadamente 34% dos alunos declarados pardos.

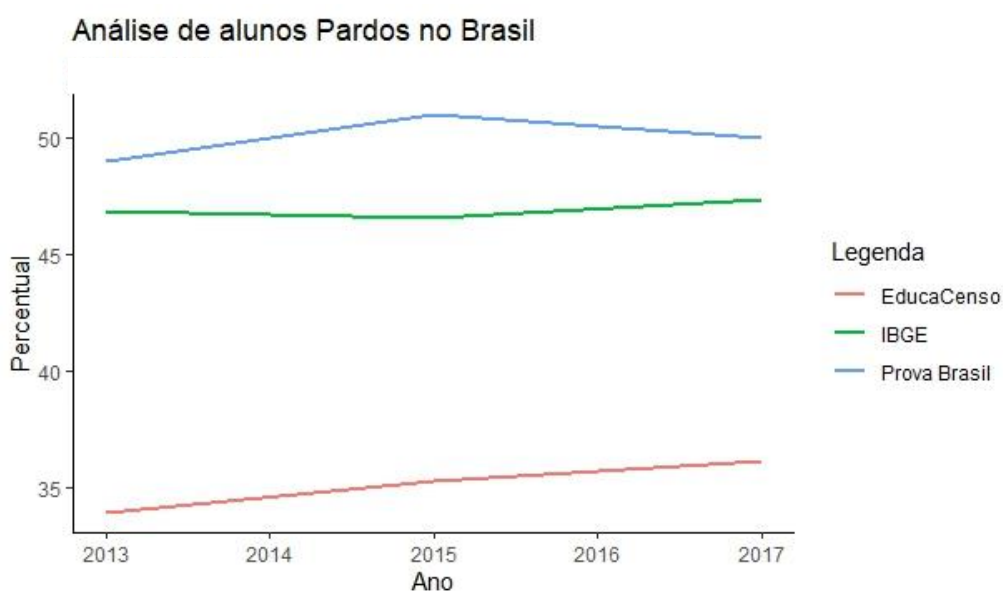
É possível fazer essa análise, também, para o ano de 2015 e 2017. Nos dois respectivos anos percebe-se que também, aproximadamente, 47% da população se autodeclarou parda através do IBGE. Para a Prova Brasil, houve um aumento de 4 p.p no ano de 2015 e 3 p.p. no ano de 2017, em relação aos dados do IBGE. Já no censo educacional obtivemos 35% de alunos declarados pardos no ano de 2015 e 36% para o ano de 2017.

Através do gráfico abaixo, é possível observar essa divergência entre os dados e uma aproximação dos percentuais entre a Prova Brasil e o IBGE. Contudo, foi calculado

a estatística F para confirmar tanto as diferenças, quanto qual banco mais se aproxima das informações do IBGE.

Ao realizar testes estatísticos para verificar as diferenças entre o IBGE e o EducaCenso obteve-se o resultado da estatística  $F = 300$  e seu  $p\text{-valor} = 6,52 \times 10^{-5}$ , confirmando que os grupos possuem médias significativamente diferentes entre si. O mesmo cálculo foi feito para a Prova Brasil e o IBGE, em que se obteve o resultado da estatística  $F = 23,48$  e seu valor- $p = 0,00837$  confirmando que o IBGE e a Prova Brasil também têm médias diferentes entre si.

Todavia, os dados do IBGE, de fato se aproximam mais dos dados da Prova Brasil em relação aos alunos autodeclarados pardos.



Fonte: Dados da Prova Brasil, 2013, 2015 e 2017 (anos ímpares). Censo Escolar, 2014, 2016 e 2017, MEC/INEP. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral, IBGE, tabela – População por cor ou raça, 2013, 2015 e 2017. Gráfico elaborado pela autora, 2023. Gráfico 5

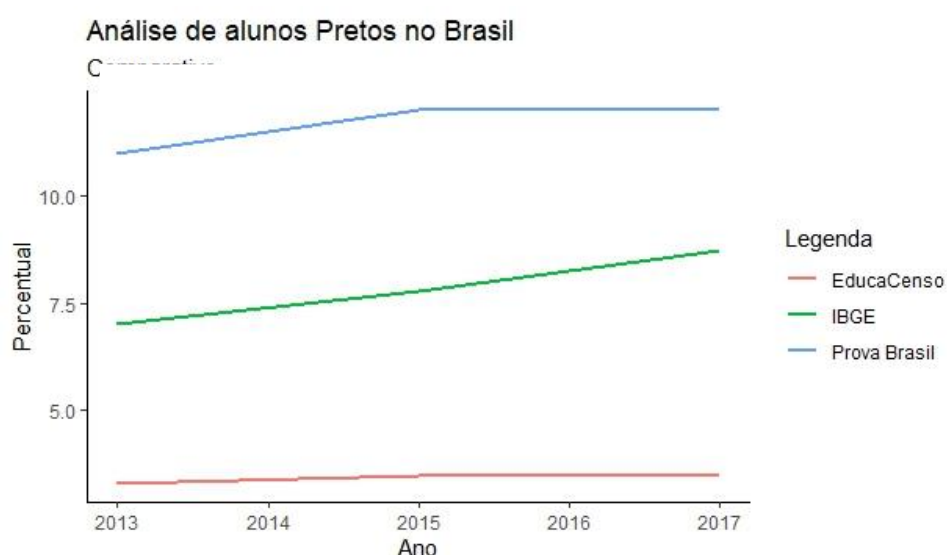
A mesma análise foi feita para alunos declarados pretos. No ano de 2013, aproximadamente 7% da população se autodeclarou preta de acordo com o IBGE. Já na Prova Brasil, esse número se aproxima de 11% de alunos autodeclarados. Enquanto isso, apenas 3% dos alunos foram declarados como pardos, no Censo Educacional.

O percentual da população declarada preta através do censo do IBGE aumentou ao decorrer dos anos analisados, se aproximando de 9% no ano de 2017. Já na Prova Brasil, esse o percentual de alunos declarados pretos foi de 12%, tanto para o ano de 2015

quanto para o ano de 2017. Enquanto para o educa censo esse percentual não variou muito entre os três anos analisados, permanecendo na faixa de 3% dos alunos declarados pretos.

Também foram realizados testes estatísticos para confirmar a diferença entre os bancos analisados. Para a análise entre a Prova Brasil e Censo do IBGE, obteve-se o resultado da estatística  $F = 40,93$  e seu  $p$ -valor =  $0,00307$ . Confirmando, mais uma vez, que os grupos possuem médias diferentes entre si. Já para a análise entre o Censo IBGE e o Educa Censo, essa divergência foi ainda maior, verificamos que o resultado da estatística  $F = 78,56$  e seu valor- $p = 0,000895$ .

Mais uma vez, ratificamos que apesar da diferença entre os bancos analisados, os dados da Prova Brasil são o que mais se aproxima dos dados do IBGE.



Fonte: Dados da Prova Brasil, 2013, 2015 e 2017 (anos ímpares). Censo Escolar, 2014, 2016 e 2017, MEC/INEP. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral, IBGE, tabela – População por cor ou raça, 2013, 2015 e 2017. Gráfico elaborado pela autora, 2023. Gráfico 6

## **5.2 DISCREPÂNCIA DOS DADOS NA REGIÃO SUDESTE, ESTADO DE MINAS GERAIS E CIDADE DE BELO HORIZONTE**

Mesmo trazendo uma análise para todo o Brasil, o objetivo deste trabalho é analisar de forma granular a região Sudeste, expandindo a análise para o estado de Minas Gerais e para a cidade de Belo Horizonte.

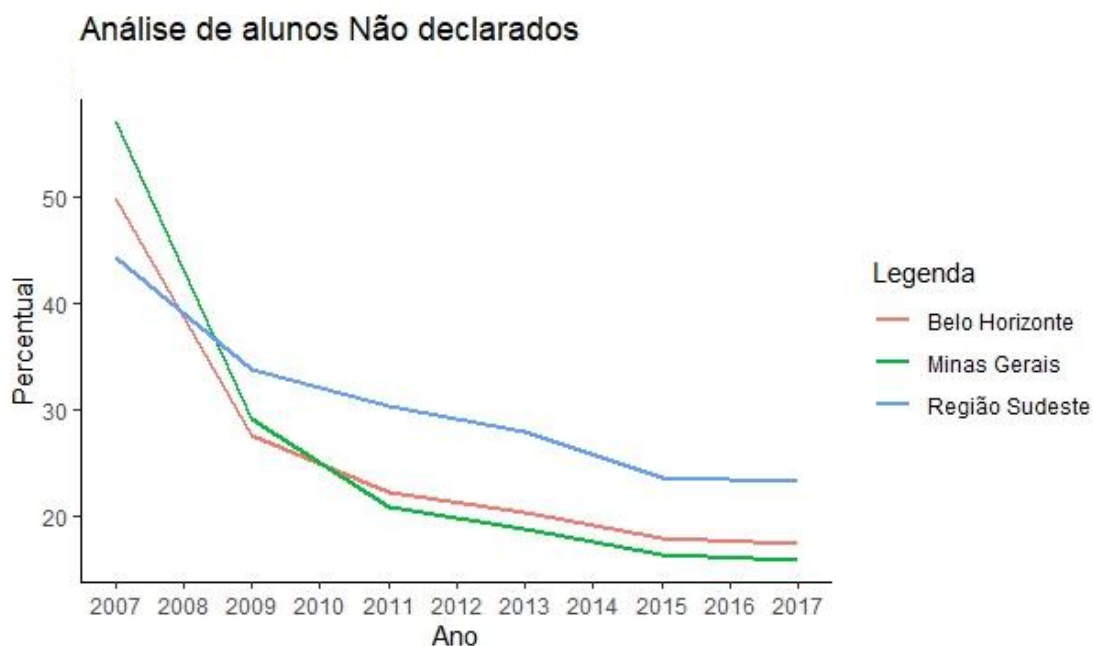
Abaixo tem-se os gráficos que representam a análise de alunos não declarados pelo Censo Educacional entre os anos analisados. Percebe-se que no gráfico 4, também há uma



queda, nos três cenários, do percentual de alunos não declarados pelo Censo, ao longo dos anos.

No primeiro ano da análise, nota-se que, aproximadamente, 45% dos alunos, de toda a região Sudeste, não tiveram sua cor declarada. Esse percentual caiu ao longo dos anos chegando aos 23% no último ano da análise. No Estado de Minas Gerais e na cidade de Belo Horizonte a queda desse percentual foi ainda maior. No ano de 2007, no estado de Minas Gerais, cerca de 57% dos alunos tiveram a cor oculta nesses dados, e na cidade de Belo Horizonte, aproximadamente 50%, ou seja, metade dos alunos, no ano de 2007, não tiveram sua cor declarada pelo Censo Educacional, na cidade de Belo Horizonte. Esse percentual caiu 41% para o estado e 33% para a cidade, em relação ao último ano da análise.

A queda desses percentuais é uma resposta muito positiva para análise. Isso demonstra que, os diretores das escolas estão se comprometendo mais com a qualidade da informação e prestando informações sobre a cor dos alunos. Ainda assim, temos duas situações que precisam ser consideradas com bastante atenção. Primeiramente, entender como os diretores estão fazendo essa declaração, e comprovar se essa declaração está sendo assertiva. Em segundo lugar, é visível a queda desse percentual, não obstante, no ano de 2017 tinha-se 23% dos alunos com cor não declarada pelo Censo Educacional. Esse é um cenário que precisa ser transformado.



Fonte: Dados da Prova Brasil, 2005 até 2019 (anos ímpares). Censo Escolar, 2008 a 2016 anos pares e 2017 MEC/INEP. Gráfico elaborado pela autora, 2022. Gráfico 7

Assim, como no gráfico de declaração de alunos pardos no Brasil, mais uma vez, percebe-se um aumento desse percentual, no Educacenso, também para a região Sudeste, bem como o estado de Minas Gerais e a cidade de Belo Horizonte. Observa-se uma certa estabilidade nas declarações da Prova Brasil, para os três gráficos respectivamente, (gráficos 5 6 e 7), tendo pouca variação, enquanto os dados do Censo além de apresentarem um crescimento considerável, também é notado a discrepância entre as informações fornecida pelos dois.

No primeiro ano da análise existiu uma divergência de aproximadamente 25% entre os bancos de dados da Prova Brasil e do EducaCenso da região Sudeste e da cidade de Belo Horizonte, e por volta de 30% nos bancos do estado de Minas Gerais. Além de observar a discrepância entre o número de declarações, os dados também não são sincronizados em termos de variação, ou seja, enquanto as declarações não variam na Prova Brasil, estas mesmas variam para mais, ao longo dos anos, do Censo.

Claramente houve esse aumento do percentual de alunos declarados pardos pelo Educa Censo, reduzindo a divergência de 25% no primeiro ano da análise para 18% no último ano, isso para a região sudeste, gráfico 5. Ao decorrer dos anos, também houve aumento no número de declarados do Censo, saindo de um total de 20% no ano inicial e chegando a 30% no último, totalizando aproximadamente 10% de aumento.

Já as declarações de Minas Gerais, gráfico 7, a variação foi de aproximadamente 30% no primeiro ano da análise. Na cidade de Belo Horizonte aproximadamente 25%, o que torna os gráficos 5 e 6 interessantes, pois evidencia um aumento expressivo do número de declarações de pardos por parte do Censo Escolar, enquanto as declarações da Prova Brasil permanecem constantes/com poucas variações.

É possível perceber também, uma diferença de 10% entre os percentuais de alunos declarado pardos no ano de 2017 no estado de Minas Gerais e de 7% para a cidade de Belo Horizonte, gráfico 7.

É possível notar que, o aumento do número de alunos declarados pardos no Censo na cidade de Belo Horizonte, traz, também, uma maior concordância ao longo do tempo. Isto é, é o gráfico que representa menor discrepância possível em termos de proximidade.

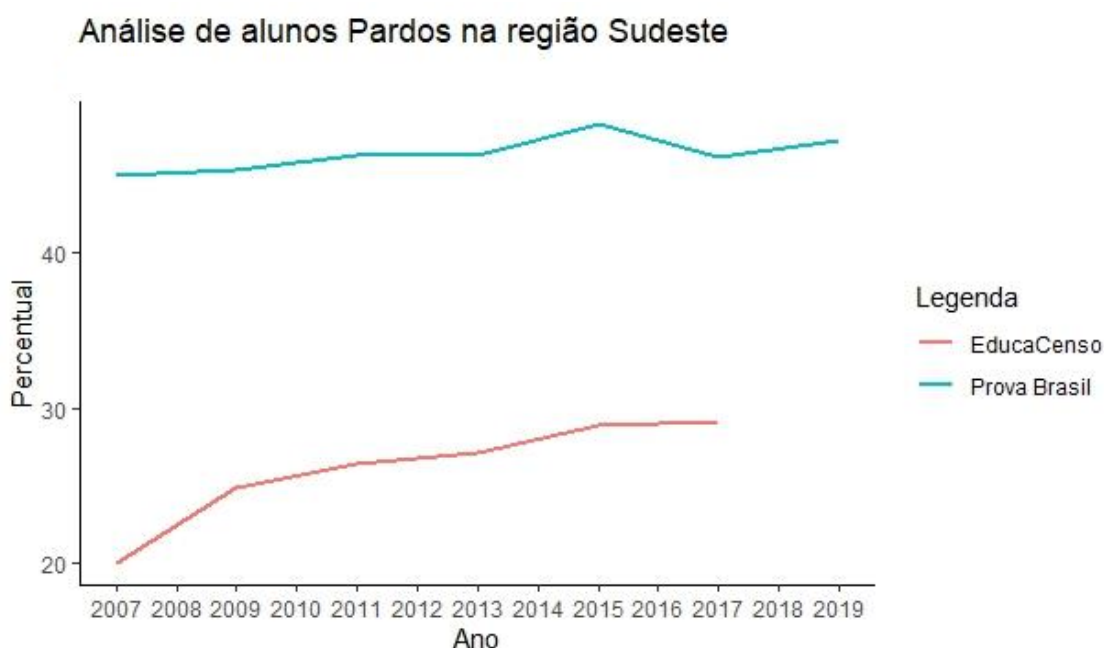
Isso significa que a declaração dada por diretores e coordenadores das escolas tem se aproximado das declarações fornecidas pelos alunos na Prova Brasil.

Dessa forma, é possível concluir que, ainda que seja uma diferença de aproximadamente 5%, o gráfico tem se sincronizado melhor com os dados fornecidos pela Prova Brasil nas declarações “pardo” do que nas declarações “negro”.

Com isso, avalia-se as diferenças através do resultado da estatística F calculada para os três cenários analisados. E, como já esperado, pode-se afirmar com confiança que os grupos têm médias significativamente diferentes entre si. Para a região Sudeste, obtive-se, estatística F = 192 e seu p-valor =  $7,48 \times 10^{-8}$ . Para o estado de Minas Gerais obtivemos a estatística F = 649,5 e seu p-valor = 0,00257. Para Belo Horizonte F = 377,5 e seu p-valor = 0,00651.

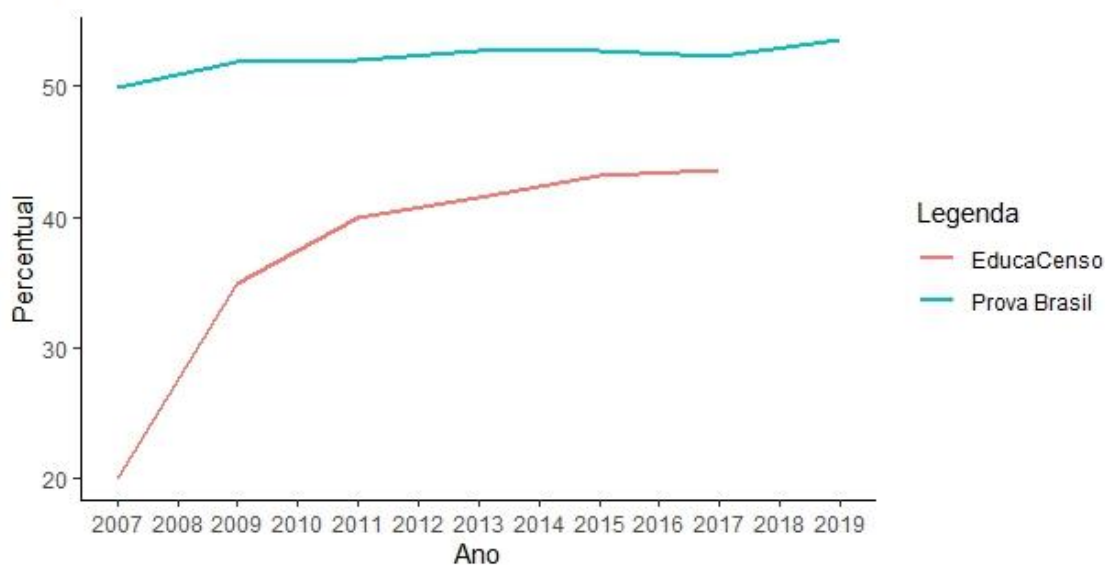
Uma investigação sobre como a capital mineira consegue esse resultado é uma sugestão para trabalhos futuros. Supõe-se que caso as diretoras ou diretores de escolas apliquem questionários demográficos e socioeconômicos aos estudantes, essa informação pode ser de uma qualidade mais próxima ao que os próprios alunos se declaram.

Ademais, também é notório que, nos anos de 2007 a 2019, a população declarada preta e parda cresceu, a população branca diminuiu. O que explica essa “transição” entre a percepção de branco para pardo ou para preto, uma vez que esses dois últimos aumentaram, enquanto a população branca diminuiu em uma proporção parecida.



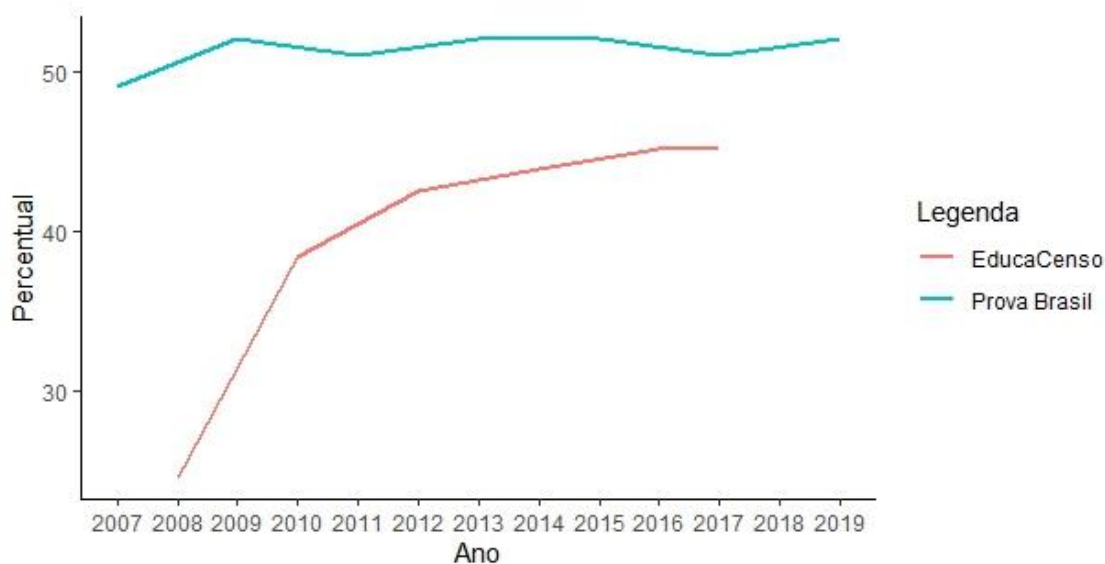
Fonte: Dados da Prova Brasil, 2005 até 2019 (anos ímpares). Censo Escolar, 2008 a 2016 anos pares e 2017 MEC/INEP. Gráfico elaborado pela autora, 2022. Gráfico 8

### Análise de alunos Pardos no estado de Minas Gerais



Fonte: Dados da Prova Brasil, 2005 até 2019 (anos ímpares). Censo Escolar, 2008 a 2016 anos pares e 2017 MEC/INEP. Gráfico elaborado pela autora, 2022. Gráfico 9

### Análise de alunos Pardos na cidade de Belo Horizonte



Fonte: Dados da Prova Brasil, 2005 até 2019 (anos ímpares). Censo Escolar, 2008 a 2016 anos pares e 2017 MEC/INEP. Gráfico elaborado pela autora, 2022. Gráfico 10

Nos três gráficos abaixo, em que é possível analisar os dados de alunos pretos, mais uma vez, percebe-se a discrepância entre os resultados obtidos pelo Censo e pela Prova Brasil. O que já era esperado, uma vez que não são respondidos pelas mesmas

peças. Houve um aumento no número de declarações de pretos na região Sudeste nos dados disponibilizados pela Prova Brasil, enquanto as declarações realizadas pelo Censo Educacional permaneceram constantes nos 6 anos, para os três cenários analisados.

Ainda assim, os dados são muito divergentes. No primeiro ano da análise houve uma disparidade de mais de 7 pontos percentuais na análise da região sudeste e no estado de Minas Gerais. Já no gráfico 10, onde é analisado a cidade de Belo Horizonte, essa divergência foi ainda maior, chegando até 10 p.p.

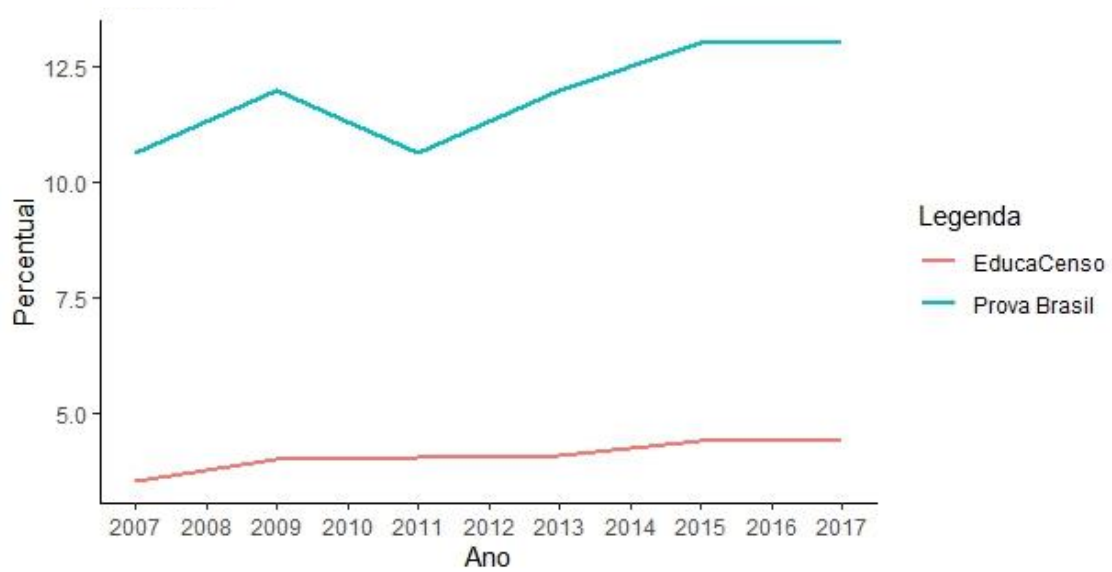
Para análise do estado de Minas Gerais, as declarações de alunos pretos pela Prova Brasil sofrem poucas alterações ao longo dos anos analisados. Em 2007, aproximadamente, 11% dos alunos se declararam como negros, esse percentual alavancou aproximadamente 1 p.p. até o último ano da análise.

No quesito invariabilidade do percentual, a performance dos alunos declarados como pretos pelo Censo Educacional é bem parecida com a Prova Brasil. Contudo, claramente, existe a divergência de respostas entre os dados analisados. Uma vez que, o percentual de alunos declarados como pretos não se aproxima em nenhum momento de 6%, no Censo Educacional.

Ao que se refere a cidade de Belo Horizonte, gráfico 10, a análise é muito parecida com a do estado de Minas Gerais, (gráfico 9) e da região Sudeste, (gráfico 8). Evidentemente, percebe-se a divergência entre os dados analisados. É possível perceber que nos primeiros anos de análise do censo o percentual de alunos declarados pretos é menor em relação aos anos seguintes, assim como o gráfico 8 e 9. Possivelmente, isso acontece pelo fato de os diretores das escolas terem sido mais omissos em relação às declarações de cor dos alunos, na implementação do Educacenso. Em contrapartida, tem-se alunos se declarando como pretos na Prova Brasil enquanto as escolas declaram esses dados de maneira diferente.

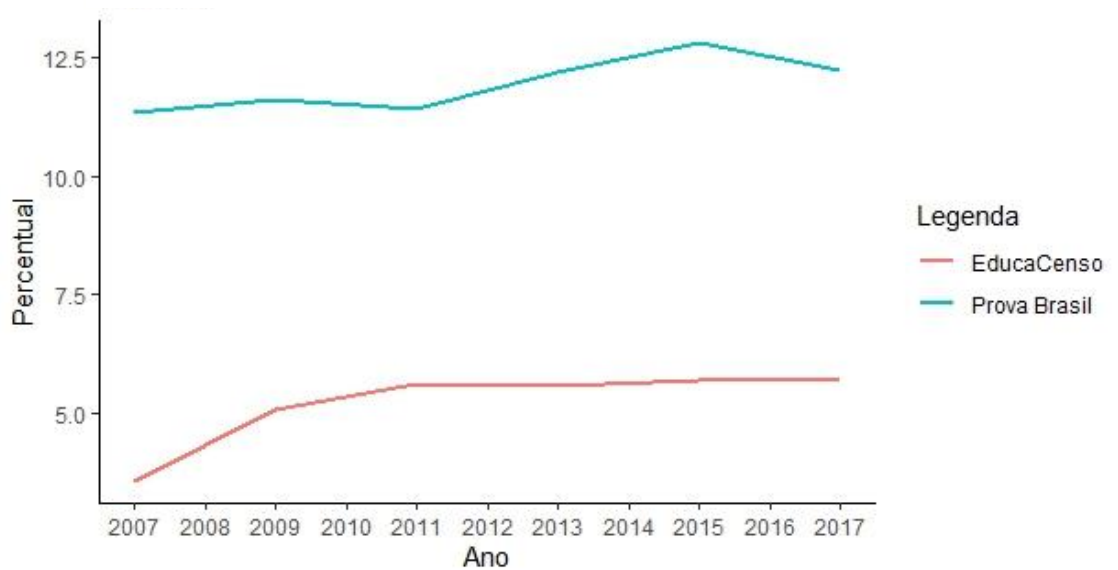
Os gráficos por si só já nos informam que o grau de divergência entre os dados é incongruente. Contudo, para confirmar essa informação, mais uma vez, foi realizada a avaliação das diferenças, através do resultado da estatística F calculada para os três cenários analisados. O resultado do gráfico 8 foi estatística  $F = 295,5$  e seu p-valor =  $9,42 \times 10^{-9}$ . Para o gráfico 9, estatística  $F = 263,3$  e seu p-valor =  $1,64 \times 10^{-8}$ . E, por fim, para o gráfico 10 estatística  $F = 491,9$  e seu p-valor =  $7,79 \times 10^{-10}$ , sustentando, assim, a análise.

### Análise de alunos Pretos na região Sudeste



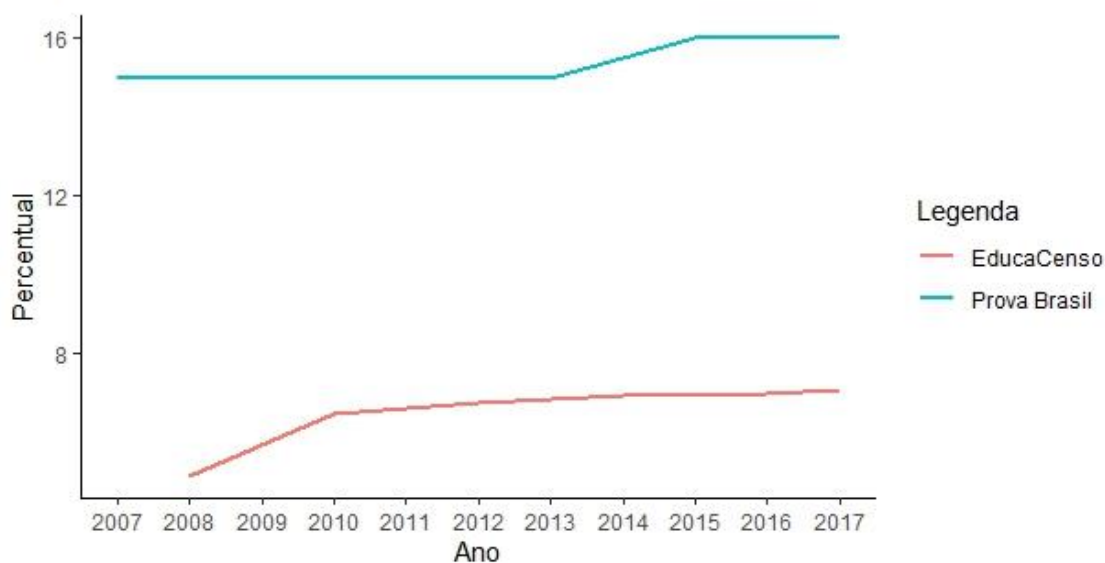
Fonte: Dados da Prova Brasil, 2005 até 2019 (anos ímpares). Censo Escolar, 2008 a 2016 anos pares e 2017 MEC/INEP. Gráfico elaborado pela autora, 2022. Gráfico 11

### Análise de alunos Pretos no estado de Minas Gerais



Fonte: Dados da Prova Brasil, 2005 até 2019 (anos ímpares). Censo Escolar, 2008 a 2016 anos pares e 2017 MEC/INEP. Gráfico elaborado pela autora, 2022. Gráfico 12

### Análise de alunos Pretos na cidade de Belo Horizonte



Fonte: Dados da Prova Brasil, 2005 até 2019 (anos ímpares). Censo Escolar, 2008 a 2016 anos pares e 2017 MEC/INEP. Gráfico elaborado pela autora, 2022. Gráfico 13

Visto que os dados de raça da Prova Brasil e do EducaCenso são importantes para monitorar a equidade e identificar desigualdades no sistema educacional brasileiro, as divergências identificadas podem levar a conclusões imprecisas ou errôneas sobre a representatividade dos diferentes grupos raciais no sistema educacional. Isso pode, por sua vez, resultar em políticas ou ações inadequadas ou ineficazes para abordar desigualdades raciais na educação.

## 6. CONCLUSÃO

Para a declaração de pretos nas três perspectivas analisadas, pode-se notar que, no geral, as declarações dadas à Prova Brasil, assinalada pelos alunos, subiu nos três cenários analisados (Sudeste, Minas Gerais e Belo Horizonte), e, enquanto o Censo Educacional apresenta pouca variação, discrepante com as informações apresentadas pela Prova Brasil.

É notório, também, que enquanto nos anos de 2007 a 2019 a população declarada preta e parda cresceu, a população branca diminuiu. O que explica essa “transição” entre a percepção de branco para pardo ou para preto, uma vez que estes dois últimos aumentaram. Enquanto a população branca diminuiu em uma proporção parecida.

Ao longo da história do Brasil, houve uma série de políticas e práticas discriminatórias que reforçaram a ideia de que a cor da pele influencia na posição social e no acesso a oportunidades. O que gerou uma desigualdade estrutural que afeta especialmente a população negra. O que esclarece também o auto percentual de alunos não declarados pelo censo educacional. Nos últimos anos, a luta contra o racismo e a promoção da igualdade racial tem ganhado força no Brasil. Isso, juntamente com campanhas e com movimentos que buscam valorizar a história e a cultura afro-brasileira, além de estimular a autoafirmação dos negros, o aumento do percentual de alunos que se declaram como pretos e pardos está relacionada ao processo de conscientização e valorização da identidade no país.

Nesse contexto, a declaração da cor de pele passou a ter um valor simbólico importante. Uma vez que a identificação como negro ou pardo pode representar um ato de afirmação da negritude. Com isso, mais pessoas passaram a se declarar como pretas ou pardas, o que se reflete no aumento dos números de alunos pretos e pardos na Prova Brasil e no Censo Educacional.

Essa mudança na autoafirmação dos negros, também, tem implicações importantes para a educação. Visto que permite uma análise mais precisa da situação desses estudantes. Na medida em que contribui para a elaboração de políticas públicas mais efetivas no combate à desigualdade racial no sistema educacional.



Um outro ponto analisado durante o trabalho, é que tanto o Censo Educacional, quanto a Prova Brasil, fornecem informações importantes sobre a declaração de cor dos alunos. No entanto, cada uma dessas fontes tem suas particularidades e pode ser mais adequada para diferentes tipos de análise. Apesar do Censo Educacional ser uma fonte importante para a análise da declaração de cor dos estudantes, uma vez que coleta informações sobre a cor ou raça autodeclarada, ainda assim, não são os mesmos que respondem a essas questões.

Mesmo os diretores das escolas tendo a responsabilidade de preencher o questionário de forma precisa e completa, garantindo a qualidade das informações coletadas, a análise de dados do trabalho evidencia a divergência dessas informações, mesmo se tratando do mesmo público.

A autodeclaração de cor é um direito individual e intransferível, que deve ser feito pela própria pessoa, com base em sua percepção de sua identidade racial ou étnica. No Brasil, a autodeclaração de cor ou raça é um direito assegurado pela Constituição Federal e pela Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas. Ela permite que as pessoas se identifiquem como negras, pardas, brancas, amarelas ou indígenas, de acordo com sua própria percepção de sua identidade racial ou étnica.

A assertividade dessas informações é de extrema importância, uma vez que, a partir das informações coletadas por esses dois instrumentos, é possível identificar grupos minoritários subrepresentados na educação e elaborar políticas de ação afirmativa para garantir sua inclusão e igualdade de oportunidades. As informações de cor/raça dos alunos também podem ser usadas para desenvolver programas de formação para professores sobre questões raciais, com o objetivo de combater o preconceito e a discriminação na sala de aula.

Ademais, a elaboração de políticas de diversidade curricular também é importante devido a possibilidade de inclusão da história e a cultura dos diferentes grupos étnicos presentes na sociedade brasileira, promovendo a valorização da diversidade e o respeito à identidade cultural de cada indivíduo. Ainda, a partir das informações de cor/raça, é possível monitorar o desempenho escolar dos diferentes grupos étnicos, identificando possíveis desigualdades e elaborando políticas para garantir a igualdade de oportunidades e o acesso à educação de qualidade para todos os alunos.

Embora a Prova Brasil não tenha como objetivo principal a coleta de informações sobre a declaração de cor dos alunos, e sim de avaliar o desempenho dos estudantes em matemática e língua portuguesa, fornecendo informações importantes sobre a qualidade da educação no país. Apesar disso, antes de iniciar a prova, os alunos respondem a um questionário socioeconômico que inclui perguntas sobre a autodeclaração de cor, o que torna o dado mais assertivo em relação ao dado do EducaCenso.

Tais respostas ajudam a traçar diagnósticos para as características dos alunos e assim é possível entender a realidade de desempenho entre grupos de alunos no Brasil. Conclui-se esse trabalho que Prova Brasil e Censo Educacional possuem informações discrepantes nas proporções de alunos quanto a raça. Ainda, essas duas bases diferem da coletada pela PNAD-IBGE, porém, a Prova Brasil deve ser a base mais confiável para isso dado que é a que mais se aproxima do IBGE e a que apresenta melhores taxas de resposta.

## 7. REFERÊNCIAS

- CHARLOT, B. Relação com o saber, formação de professores e globalização. **Questões para a educação hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- CRUZ, T. M. Espaço escolar e discriminação: significados de gênero e raça entre crianças. **Educação em Revist**, 2014.
- DAMATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.
- FRY, P. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- GOMES, N. L. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 727-744, 2012.
- GUIMARAES, A.S.A. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jun. 2003.
- GUIMARÃES, A. S. A. Raça, racismo e grupos de cor no Brasil. **Estud Afro-Asiát**, 1995.
- HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília, DF: Unesco no Brasil, 2003.
- HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. 2001.
- LOPES, F. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, 2005.
- MAGNOLI, D. **Ministério da classificação racial**. Folha de S. Paulo, 14 abr. 2005
- MARQUES, E. P. S.; ALMEIDA, F. A.; SILVA, W. S. A percepção do preconceito e da discriminação racial no ambiente escolar. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 5, n. 14, p. 47-67, 2014.
- NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco**. São Paulo, SP:TA Queiroz, 1985
- OSORIO, R. G. **O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE**. Brasília: IPEA, nov. 2003.
- PASTORIZA, R. N.; BORGES, M. A. Discriminação racial no âmbito escolar. **Brazilian Journal of Development**, 2020.
- PASTORIZA, R. N.; BORGES, M. A. Discriminação racial no âmbito escolar. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, p. 68506-68521, 2020.

**PROVA BRASIL.** MEC, 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>. Acesso em: jul. 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005.

SOARES, S. *et al.* Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras. *In:* **Os Mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras.** 2005.

SOARES, J. F.; MENDONÇA, R. G. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 4, p. 1301-1322, 2021.

SCHWARTZMAN, S. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 55, p. 83-96, 1999.

TRIPODI, Z. F.; DELGADO, V. M. S.; JANUÁRIO, E. Ação afirmativa na educação básica: subsídios à medida de equidade do Fundeb. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 43, 2022.